

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A..

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2017 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.899 milhões (30/06/2016 - R\$5.732 milhões). O lucro líquido apresentado no acumulado do período em 30 de junho de 2017 foi de R\$172 milhões em comparação a R\$177 milhões do mesmo período acumulado de 30 de junho de 2016.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2017, os ativos totais atingiram R\$55.550 milhões (30/06/2016 - R\$91.903 milhões). Desse montante, R\$38.505 milhões (30/06/2016 - R\$75.580 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$11.976 milhões (30/06/2016 - R\$11.464 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$1.974 milhões (30/06/2016 - R\$2.088 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.

O total dos recursos captados atingiu R\$47.641 milhões (30/06/2016 - R\$84.199 milhões) representado por debêntures. A redução no total de debêntures em 30 de junho de 2017 em comparação ao mesmo período de 2016, é decorrente da aquisição facultativa para a tesouraria da Santander Leasing e também do cancelamento de debêntures realizado pela emissora.

O recente aumento das incertezas no campo político tende a postergar a aprovação das reformas fiscais, especialmente a da previdência social, o que vem intensificando as preocupações do mercado a respeito da saúde das contas públicas no médio e longo prazo. Por sua vez, a piora das perspectivas para o quadro fiscal pode reduzir a intensidade de recuperação da atividade econômica brasileira nos próximos anos, sobretudo devido a um menor crescimento dos investimentos.

A despeito das incertezas no período recente, os principais ativos financeiros domésticos apresentaram

um grau de deterioração muito inferior ao observado entre o segundo semestre de 2015 e o início de 2016. Por exemplo, a taxa de câmbio se desvalorizou em torno de 6% entre meados de maio e final de junho deste ano, um movimento muito mais suave do que a depreciação de 30% no outro período destacado. Dentre os principais fatores explicativos para essa maior resiliência da economia brasileira, o Banco Santander notou: a trajetória consistente e sustentável da política econômica atual, que não deve ser revertida nos próximos meses, conduzida por uma equipe vista como muito experiente e hábil pelos principais participantes do mercado; a vulnerabilidade externa reduzida do país, tendo em vista os baixos déficits em transações correntes e elevadas reservas internacionais; e o ambiente internacional mais favorável, com perspectivas de maior crescimento e menor aversão a risco.

Com isso, o Banco Santander continua acreditando em recuperação da atividade doméstica ao longo de 2017, ainda que a um ritmo bastante gradual. Conforme divulgado nas Contas Nacionais do IBGE, o PIB brasileiro expandiu 1,0% na passagem do 4T16 para 1T17, interrompendo uma longa série de oito trimestres consecutivos de contração. Vale ressaltar que este crescimento foi explicado, majoritariamente, pela expansão extraordinária das safras agrícolas no período (grande contribuição da produção de soja e milho) e não deve ser tratado como um ritmo médio de aumento nos próximos trimestres. Ainda assim, é possível ver sinais de avanço em vários outros setores da economia, tanto na indústria quanto em serviços, corroborando a avaliação de que o pior momento para a economia brasileira ficou para trás.

Essa evolução mais favorável da atividade se apoia em elementos como (i) aumento dos salários reais, (ii) recuo do endividamento das famílias, (iii) alta dos termos de troca (ampliando a competitividade das exportações) e (iv) normalização dos estoques na maioria das cadeias produtivas. Logo, o Santander espera alta de 0,7% para o PIB em 2017.

Ainda no campo positivo, chama a atenção o sólido processo de desinflação na economia brasileira. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), por exemplo, registrou em junho a primeira deflação mensal em onze anos, levando o indicador acumulado dos últimos 12 meses a variar somente 3,0%, bem abaixo da meta oficial de inflação (4,5%). Esse processo de recuo inflacionário vem ocorrendo de maneira generalizada entre os componentes, e o Santander não espera mudanças significativas nesse quadro nos próximos anos - a expectativa para a variação do IPCA no fechamento de 2017 está ao redor de 4%. Em linha com esse cenário mais positivo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou, recentemente, a meta de inflação para 2019 e 2020 (para 4,25% e 4,00%, respectivamente, ante o alvo de 4,5% vigente até 2018). O Santander avalia de maneira muito positiva o estabelecimento de uma meta mais baixa, uma vez que essa medida, em um contexto de Bacen com grande credibilidade, ajuda a ancorar as expectativas e

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016		Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante		49.159.880	85.808.718	Passivo Circulante		1.079.285	826.801
Disponibilidades	4&17.d	10.009	9.869	Outras Obrigações		1.079.285	826.801
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.d	38.463.709	75.543.608	Sociais e Estatutárias		484	462
Aplicações em Mercado Aberto		10.950.000	10.950.000	Fiscais e Previdenciárias	13	166.457	234.419
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		38.463.709	64.593.608	Diversas	14	912.344	591.920
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	10.473.409	10.063.036	Passivo Exigível a Longo Prazo		48.571.786	85.344.386
Carteira Própria		10.471.818	10.029.970	Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos	12&17.d	47.640.919	84.198.986
Vinculados à Prestação de Garantias		1.591	33.066	Recursos de Debêntures		47.640.919	84.198.986
Operações de Arrendamento Mercantil		(19.942)	(12.498)	Outras Obrigações		930.867	1.145.400
Arrendamentos a Receber:				Fiscais e Previdenciárias	13	82.947	6.919
Setor Privado	6.b	939.433	1.007.803	Diversas	14	847.920	1.138.481
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(938.003)	(1.004.554)	Patrimônio Líquido	16	5.899.400	5.732.222
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(21.372)	(15.747)	Capital Social:			
Outros Créditos	5	228.957	201.534	De Domiciliados no País		4.720.030	4.720.030
Rendas a Receber		41.783	36.942	Reservas de Lucros		1.107.630	993.330
Créditos Tributários	7	203.900	201.106	Ajustes de Avaliação Patrimonial		71.740	18.862
Diversos	8	25.052	437				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	-	(10)				
Outros Valores e Bens		3.738	3.169				
Outros Valores e Bens	6.b	3.696	3.471				
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(2.255)	(1.563)				
Despesas Antecipadas		2.297	1.261				
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.228.863	3.083.792				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.d	41.783	36.942				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		41.783	36.942				
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	1.502.804	1.400.565				
Carteira Própria		1.469.968	1.400.565				
Vinculados à Prestação de Garantias		32.836	-				
Operações de Arrendamento Mercantil		(29.102)	(22.500)				
Arrendamentos a Receber:							
Setor Privado	6.b	921.785	948.415				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(920.076)	(946.229)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(30.811)	(24.686)				
Outros Créditos	6	1.713.377	1.668.775				
Créditos Tributários	7	387.650	394.770				
Diversos	8	1.325.727	1.274.034				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	-	(29)				
Outros Valores e Bens		1	10				
Despesas Antecipadas		1	10				
Permanente		3.161.728	3.010.899				
Investimentos		310.467	2				
Participação em Coligada e Controlada - no País	9	310.466	1				
Outros Investimentos		2.017	2.017				
(Provisões para Perdas)		(2.016)	(2.016)				
Imobilizado de Uso	10	1.387	1.387				
Imóveis de Uso		1.387	1.387				
Outras Imobilizações de Uso		17	17				
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)				
Imobilizado de Arrendamento	6.b&11	2.851.261	3.010.897				
Bens Arrendados		5.600.480	5.446.025				
(Depreciações Acumuladas)		(2.749.219)	(2.435.128)				
Total do Ativo		55.550.471	91.903.409	Total do Passivo		55.550.471	91.903.409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial (103.434)	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		4.720.030	329.995	486.627	-	-	5.433.218
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	122.296	-	122.296
Lucro Líquido		-	-	-	-	176.708	176.708
Destinações:							
Reserva Legal	16.c	-	8.835	-	-	(8.835)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	-	83.937	-	(83.937)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	83.936	-	(83.936)	-
Saldos em 30 de Junho de 2016		4.720.030	338.830	654.500	18.862	-	5.732.222
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		4.720.030	356.350	579.069	43.830	-	5.699.279
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	27.910	-	27.910
Lucro Líquido		-	-	-	-	172.211	172.211
Destinações:							
Reserva Legal	16.c	-	8.611	-	-	(8.611)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	-	81.800	-	(81.800)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	81.800	-	(81.800)	-
Saldos em 30 de Junho de 2017		4.720.030	364.961	742.669	71.740	-	5.899.400

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araucária, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimentos estes que totalizam o equivalente à 78,57% do capital Social da Santander Leasing e participação indireta equivalente a 21,42% através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) (Nota 17.c). O Banco Santander, foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela Santander Leasing.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2017 na reunião realizada em 11 de agosto de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

Ativos e passivos são classificados em ativos e passivos exigíveis, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de liquidez.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

(a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

(b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
(c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, a Santander Leasing passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os

critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Carteira de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vendidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

A Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de arrendamento mercantil de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em menor frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2017	30/06/2016
8. Outros Créditos - Diversos		
Devedores por Depósitos em Garantia	937.565	893.875
Para Interposição de Recursos Fiscais	26	24
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	31.335	31.068
Para Interposição de Recursos Cíveis	713	989
Outros	72.512	76.579
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 15.g)	219.809	184.399
Impostos e Contribuições a Compensar	3.199	3.199
Pagamentos a Ressarcir	-	263
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	85.620	84.075
Total	1.350.779	1.274.471
Circulante	25.052	437
Longo Prazo	1.325.727	1.274.034

	30/06/2017			
	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		Participação Direta	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais		
Investimento				
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	33	33	0,0002%	
Santander Financeira Arrendamento Mercantil S.A. (1) (2)	182	-	100,0000%	
	Leasing	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência patrimonial	
Investimento	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017
Santander CCVM	559.381	2.077	1	1
Santander Financeira Arrendamento Mercantil S.A. (1) (2)	383.469	12.210	383.469	12.210
Total dos Investimentos				
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
Deságio - Santander Financeira Arrendamento Mercantil S.A. (1) (2) (3)		383.470	1	12.210
Total dos Investimentos				
Investimentos				
Investimento adquirido em 1 de agosto de 2016 (Nota 20 & 24).				

(1) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1 de agosto de 2016, foi aprovada a alteração social da PSA Financeira Arrendamento Mercantil S.A. para Santander Financeira Arrendamento Mercantil S.A., cujo processo foi aprovado pelo Bacen em 12 de dezembro de 2016.

(2) Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 pela Santander Financeira Arrendamento Mercantil S.A., foi aprovado e pago a Santander Leasing o valor de R\$915 relativo a dividendos mínimo obrigatórios.

10. Imobilizado de Uso
Em 30 de junho de 2017 e 2016, este composto, principalmente, por edificações, totalmente depreciado.

11. Imobilizado de Arrendamento
Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

	30/06/2017	30/06/2016
Veículos e Afins	2.400.019	2.600.683
Máquinas e Equipamentos	2.333.036	2.290.446
Aeronaves	339.716	306.174
Instalações	489	489
Móveis	29.521	16.008
Outros Bens	6.958	7.642
Depreciações Acumuladas	(3.271.261)	(3.053.472)
Superveniência de Depreciação	522.042	618.344
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	490.741	224.583
Total	2.851.261	3.010.897

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. No primeiro semestre de 2017 foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$28.832 (30/06/2016 - R\$95.099) equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

12. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Debêntures	Emissão setembr-	Vencimento setembr-	Quantidade	Valor de Emissão - R\$ Mil	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2017	30/06/2016		
Debêntures (1)	07	37	5.000.000	5.000.000	100,00%	CDI	13.842.673	12.264.540	
Debêntures (2)	agosto-06	agosto-36	410.000	410.000	100,00%	CDI	12.945.703	11.469.829	
Debêntures (3)	junho-07	junho-37	410.000	410.000	100,00%	CDI	11.678.436	10.347.037	
Debêntures (4)	junho-05	junho-35	150.000	1.500.000	100,00%	CDI	5.730.025	5.076.774	
Debêntures (5)	março-06	março-36	150.000	1.500.000	100,00%	CDI	5.033.308	4.459.486	
Debêntures (6)	setembr-05	setembr-35	20	120.000	1.200.000	100,00%	CDI	4.373.125	3.874.567
Debêntures (7)	abril-06	abril-21	100.000	1.000.000	100,00%	CDI	3.275.306	2.901.905	
Debêntures (8)	junho-05	junho-20	400.000	400.000	100,00%	CDI	1.528.007	1.357.807	
Debêntures (9)	junho-12	junho-32	500.000.000	5.000.000	100,00%	CDI	8.415.513	7.456.104	
Debêntures (10)	junho-15	junho-35	100.000.000	10.000.000	100,00%	CDI	13.507.228	11.967.337	
Debêntures (11)	março-16	março-36	200.000.000	20.000.000	100,00%	CDI	-	20.791.479	
Total							80.329.324	91.962.865	

Debêntures em Tesouraria	Emissão setembr-	Vencimento setembr-	Quantidade	Valor de Emissão - R\$ Mil	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2017	30/06/2016	
Debêntures (1)	07	37	2.879.229	2.879.229	100,00%	CDI	(7.971.245)	-
Debêntures (2)	agosto-06	agosto-36	46.938	469.380	100,00%	CDI	(1.482.062)	-
Debêntures (3)	junho-07	junho-37	111.277	1.112.770	100,00%	CDI	(3.169.613)	-
Debêntures (4)	junho-05	junho-35	20.609	206.090	100,00%	CDI	(787.267)	-
Debêntures (5)	março-06	março-36	28.740	287.400	100,00%	CDI	(964.382)	-
Debêntures (6)	setembr-05	setembr-35	3.438.230	34.382.300	100,00%	CDI	(507.015)	-
Debêntures (7)	abril-12	junho-32	343.823.507	3.438.230	100,00%	CDI	(5.786.895)	(507.015)
Debêntures (8)	junho-15	junho-35	92.742.502	92.742.500	100,00%	CDI	(12.526.941)	(7.256.864)
Total em Circulação (Longo Prazo)							47.640.919	84.198.986

(1) Em 14 de setembro de 2015, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) a alteração do vencimento desta debênture de 1 de setembro de 2017 para 1 de agosto de 2037. Essa alteração foi aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em 8 de setembro de 2015. Essa alteração foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 18 de janeiro de 2016.

(2) Em 6 de outubro de 2014, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de agosto de 2016 para 1 de agosto de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 2 de setembro de 2014 e pela AGD em 3 de setembro de 2014.

(3) Em 14 de setembro de 2015, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de junho de 2017 para 1 de junho de 2037. Essa alteração foi aprovada pela AGD em 7 de agosto de 2015, esta rerratificada em 07 de outubro de 2015. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 18 de janeiro de 2016.

(4) Em 7 de abril de 2014, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de junho de 2015 para 1 de junho de 2035. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 17 de janeiro de 2014 e pela AGD em 20 de janeiro de 2014.

(5) Em 2 de setembro de 2014, foi registrado na Jucesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de março de 2016 para 1 de março de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 5 de agosto de 2014 e pela AGD em 6 de agosto de 2014.

(6) A RCA de 28 de novembro de 2016, a Santander Leasing, nos termos da Instrução da CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, realizou a aquisição facultativa e o cancelamento de 200.000.000 de debêntures simples da terceira emissão da emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, com valor nominal unitário de R\$100,00 (cem reais), na data de emissão, qual seja, 15 de março de 2016, perfazendo o montante total de R\$20.000.000.

13. Fiscais e Previdenciárias
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Tributos Diferidos	193.213	177.579
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	54.241	62.069
Impostos e Contribuições a Pagar	1.950	1.690
Total	249.404	241.338
Circulante	166.457	234.419
Longo Prazo	82.947	6.919

	30/06/2017			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos				
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos				
Disponíveis para Venda (1)	34.228	22.097	-	56.325
Superveniência de Arrendamento Mercantil	137.700	-	(7.208)	130.492
Outros	3.193	3.203	-	6.396
Total	175.121	25.300	(7.208)	193.213
Saldo em 31/12/2015	175.121	25.300	(7.208)	193.213
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos				
Disponíveis para Venda (1)	-	23.011	-	23.011
Superveniência de Arrendamento Mercantil	178.342	-	(23.774)	154.568
Total	178.342	23.011	(23.774)	177.579

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

	30/06/2017			
	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias CSLL	Diferenças Temporárias PIS/Cofins	Total Atividade Diferida
b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos				
Ano				
2017	68.456	2.492	496	71.444
2018	71.666	4.984	992	77.642
2019	6.420	3.738	993	11.151
2020	5.074	3.395	993	10.142
2021	5.588	3.053	993	9.134
2022 a 2024	7.632	4.579	1.489	13.700
Total	165.016	22.241	5.956	193.213

14. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2017	30/06/2016
Cretores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.b)	881.726	930.339
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	18.785	28.565
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (1) (Nota 15.b)	743.462	657.272
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contratadores (1) (Nota 15.g)	72.512	76.579
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.803	25.755
Outras	40.976	11.891
Total	1.760.264	1.730.401
Circulante	912.344	591.920
Longo Prazo	847.920	1.138.481

(1) Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Fiscais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes
Em 30 de junho de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	743.462	657.272
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14)	18.785	28.565
Total	762.247	685.837

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2017		01/01 a 30/06/2016	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo Inicial	717.834	20	19.835	644.198
Constituição Líquida de Reversão (1)	34.564	1	6.380	13.107
Depósitos em Garantia	(8.936)	-	(7.451)	(33)
Baixas por Pagamento	(8.936)	-	(7.451)	(33)
Saldo Final	743.462	21	18.764	657.272
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	561.112	-	2.664	580.108
Títulos e Valores Mobiliários	500	-	25	689
Total dos Depósitos em Garantia (2)	561.112	-	2.689	580.797

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores em depósitos em garantias, limitados ao valor da prestação de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciárias
São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$407.110 (30/06/2016 - R\$380.244): a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Análise da entidade norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às referidas normas financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$192.503 (30/06/2016 - R\$179.008): a Santander Leasing ajuizou na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível
São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores
Referem-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$72.512 (30/06/2016 - R\$76.579), registrado em outros obrigações - diversas (Nota 14) de responsabilidade de ex-contratadores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, não reconhecidos contabilmente.



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>					
<p>oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.</p> <p>A operação teve como principal veículo no Brasil o Banco PSA Finance Brasil S.A. que é detido agora na proporção de 50% (cinquenta por cento) pela Aymoré CFI, e 50% (cinquenta por cento) pelo Banque PSA. A operação inclui ainda a aquisição, por meio da Santander Leasing, subsidiária do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil, cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e de participação de 50% (cinquenta por cento) na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., entidade do Grupo PSA no Brasil dedicada à oferta de produtos de seguros.</p>					
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA		
Presidente José de Paiva Ferreira			Diretor Presidente Conrado Engel		
Conselheiros			Diretores		
Angel Santodomingo Martell	Carlos Rey de Vicente	Conrado Engel	Amancio Acúrcio Gouveia	Antonio Pardo Santayana Montes	Nilton Sergio Silveira Carvalho
Contador					
José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6					

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

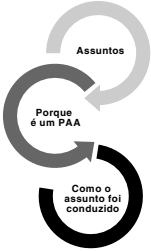
A Instituição registra as suas operações e elabora suas informações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação (Notas Explicativas 3, j e 6). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Porque é um PAA
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 6)
A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento testes dos controles internos relevantes na por parte da Administração. A determinação da apuração e reconhecimento da provisão para provisão para créditos de liquidação duvidosa créditos de liquidação duvidosa, contemplando envolve a avaliação de várias premissas e fatores substancialmente os seguintes principais internos e externos, incluindo os níveis de processos: Aprovação da política de crédito; inadimplência e garantias das carteiras, política de Análise de crédito; Concessão de crédito e renegociação, cenário econômico atual e operações renegociadas; Atribuição de rating prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada considerando o risco do valor recuperável das uma área de foco em nossa auditoria. operações; Processamento e contabilização das Esse julgamento considera diversas premissas na provisões; Reconciliação dos saldos contábeis com determinação das provisões. As provisões para a posição analítica; e Elaboração das notas créditos de liquidação duvidosa são constituídas explicativas.
levando-se em consideração as normas Efetuamos, também, testes a fim de observar a regulamentares do Banco Central do Brasil integridade e completude da base de dados (BACEN), notadamente a Resolução do Conselho utilizada para o cálculo da provisão para créditos de Monetário Nacional (CMN) 2.682, e são liquidação duvidosa, além de testes para observar a fundamentadas nas análises das operações de aplicação da metodologia de cálculo dessa crédito em aberto (vencidas e vincendas), de provisão em relação aos ratings atribuídos, bem acordo com políticas internas que consideram o como confronto dos saldos contábeis com os estabelecimento de ratings (classificação de risco) relatórios analíticos.
de crédito. Da mesma forma, consideram a Consideramos que os critérios e premissas expectativa de realização da carteira de crédito, em adotados pela Administração para a determinação adição ao requerido pela regulamentação vigente, da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na experiência passada, cenário atual e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no expectativas futuras, riscos específicos das contexto das demonstrações financeiras. carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisões.



Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(m) e 7)

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas. Considerando a subjetividade inerente a esse processo, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes dos controles internos relevantes que envolvem a apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como das estimativas do valor recuperável desses créditos tributários, de acordo com as normas aplicáveis do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados. Aplicamos testes para confirmar a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária. Discutimos com a Administração e com o Comitê de Auditoria e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelos órgãos adequados da Administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(k) e 15)

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram o exercício de julgamento feito pela Administração da Instituição o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil tem um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando associados a deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos. Os procedimentos executados envolveram a aplicação, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes, segregação de função e aspectos de cyber security. Com o resultado desses trabalhos, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para o resultado de nossa auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

25. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**pwc**
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 11 de agosto de 2017

Maria José De Mula Cury
 Contadora
 CRC 1SP192785/O-4